

Leonardo Boff*

A guerra não pode ser humanizada, tem que ser cancelada

A frase do título não é minha, é de B.Russel e de A.Einstein em seu manifesto de 9 de julho de 1955 contra os perigos de uma guerra nuclear e pela paz. Esse é o grande anseio da humanidade, sempre frustrado e sempre de novo renovado. Sem essa utopia pela qual lutamos para que seja viável, não pode ser nunca abandonada, pois seria cinismo face às vítimas das guerras e decerção de qualquer sentido ético.

Toda guerra sacrifica milhares e até milhões de pessoas. Ela condena Caim que matou seu irmão Abel.

Max Born, prêmio Nobel de física (1954) denunciou a prevalência da matança de civis na guerra moderna. Na primeira guerra mundial morriam só 5% de civis, na segunda guerra, 50%, na guerra da Coreia e Vietnam 85%. E dados recentes davam conta de que contra o Iraque e a ex-Iugoslávia 98% das vítimas eram civis. O mesmo está ocorrendo na guerra de Netanhiau contra os palestinos da Faixa de Gaza. Mais de 18 mil eram crianças que nada tinham a ver com a guerra foram sacrificadas.

Não basta ser pela paz. Temos que estar contra a guerra. Toda guerra, em si, mata vidas de outros, nossos semelhantes. Caim não pode triunfar.

O fenômeno da guerra apresenta-se tão complexo que nenhuma resposta o explica ou é suficiente. Isso não nos dispensa de pensar sobre o fato da guerra e suas perversas consequências humanas e materiais.

Por exemplo, se um país é agredido por outro, que fazer? Tem direito de se defender com forças defensivas? Há proporcionalidade? Como devem se comportar os governantes dos povos que assistem o genocídio a céu aberto como na Faixa de Gaza? Ou diante da limpeza étnica de minorias aplicada na ex-Iugoslávia, no Kosovo e na Bósnia por soldados sanguinários que ainda violavam sistematicamente direitos humanos básicos. Vale alegar o princípio da não intervenção em assuntos internos de estados soberanos e assistir, passivos, a crimes contra a humanidade? Qual é o limite da soberania? É absoluta? Está acima do humano que pode ser sacrificado?

Como reagir ao fenômeno difuso do terrorismo que, eventualmente, pode ter acesso a materiais atômicos, ameaçar toda uma cidade, pondo-a de joelhos. E se for lançada, inviabilizaria toda a cidade por causa da radioatividade. Contra isso é legítima uma guerra preventiva?

São questões éticas que ocupam mentes e corações nos dias atuais. Para não desesperar temos que pensar. No mundo inteiro, dada a estratégia do atual presidente dos EUA Donald Trump que disse e está realizando, a paz se fará não pelo diálogo mas pela força. Jamais seria paz mas pacificação forçada e imposta. É discurso recorrente em todos os presidentes, inclusive com Barack Obama afirmar que os EUA tem interesses globais e podem intervir quando estes são ameaçados, usando até a força.

Face a estes problemas referidos apresentam-se várias opções.

Um grupo numeroso sustenta a tese: dada a capacidade devastadora da guerra moderna

com armas químicas, biológicas e nucleares que pode comprometer o futuro da espécie e toda a biosfera, não há mais nenhuma guerra justa (ius ad bellum). A vida em suas várias formas está acima de tudo.

Outro grupo afirma: pode haver guerra justa, a "intervenção humanitária", mas limitada para impedir o etnocídio e crimes de lesa-humanidade.

Outro grupo, representando o establishment global, reafirma: há que se resgatar a guerra justa como auto-defesa, como punição de países do "eixo do mal" e como prevenção de ataques com armas de destruição em massa.

Façamos um juízo ético sobre estas posições: nas condições atuais toda guerra representa altíssimo risco, pois dispomos da máquina de morte, capaz de destruir a humanidade e a biosfera. A guerra é meio injusto, por ser globalmente letal.

Dentro de uma política realista, uma "intervenção humanitária" limitada é teoricamente justificável, sob duas condições: não pode ser decidida por um país singular, mas pela comunidade das nações (ONU) e deve respeitar dois princípios básicos (ius in bello = os direitos no curso da guerra): a imunidade da população civil e a adequação dos meios (não podem causar mais danos que benefícios).

A força empregada como auto-defesa não a torna boa, mas se justifica dentro da estrita adequação dos meios.

A guerra de punição, como contra o Afeganistão e contra o Sul do Líbano onde atua o Hammas, se baseia na vingança e não é defensável. Só alimenta raiva e ressentimentos, caldo de futuros conflitos.

A guerra preventiva, contra o Iraque na suposição falsa de possuir armas de destruição em massa, era ilegítima porque se baseava em falsas análises e sobre o que ainda não era e poderia não acontecer. Nenhum direito, de qualquer natureza, lhe concede legitimidade por ser subjetiva e arbitrária.

Tudo isso vale teoricamente, pois importa clarear posições. Praticamente porém, se mostrou que todas as guerras, mesmo a de "intervenção humanitária" não observam os dois critérios, da imunidade da população civil e da adequação dos meios. Não se faz distinção entre combatentes e não combatentes.

Para enfraquecer o inimigo se destrói sua infra-estrutura, com muitas mortes de inocentes e de civis. As consequências da guerra perduram por anos como no caso do urânio empobrecido, usado pelo exército norte-americano, causando enfermidades para todo um grupo afetado.

A guerra não é solução para nenhum problema. Devemos buscar um novo paradigma, à luz de São Francisco de Assis, de Leon Tolstói, de Gandhi e de Luther King Jr, se não quisermos nos destruir: a paz como meta e como método. Se quiser a paz, prepara a paz.

*Leonardo Boff escreve para a revista LIBERTA do ICL (<https://www.revistaliberta.com.br>); escreveu também Cuidar da Terra-Proteger a vida, Record 2010 (<https://www.leonardoboff.org>)

EDITORIAL

Combustíveis, a dor de cabeça do governo

A escalada do preço do querosene de aviação no mercado internacional tornou-se mais um fator de pressão sobre um setor que ainda busca estabilidade após anos de turbulência. Fortemente atrelado às oscilações do petróleo e à dinâmica cambial, o combustível representa uma das maiores parcelas de custo das companhias aéreas. Quando seu valor dispara, não há espaço para amortecimento prolongado: os impactos rapidamente se refletem nas tarifas, na oferta de voos e, em última instância, no bolso do consumidor.

No Brasil, a situação é particularmente sensível. A dependência de importações, somada à volatilidade do real frente ao dólar, amplia o efeito das altas globais. Mesmo quando há tentativas de suavizar reajustes, a estrutura de custos das empresas limita qualquer margem de manobra. O resultado é previsível: passagens mais caras, redução de rotas menos rentáveis e maior concentração de voos em trechos de alta demanda.

Esse encarecimento compromete não apenas o turismo, mas também a integração nacional. Em um país de dimensões continentais, o transporte aéreo não é luxo, mas necessidade. Quando voar se torna inacessível para parcelas crescentes da população, há prejuízos diretos para a economia, especialmente em regiões que dependem da conectividade aérea

para atrair investimentos e manter atividades produtivas.

Além disso, a alta do querosene evidencia a fragilidade estrutural do setor no país. A carga tributária sobre combustíveis, frequentemente apontada como excessiva, agrava ainda mais o problema. Sem uma política consistente que considere a aviação como estratégica, o Brasil permanece vulnerável às flutuações externas, sem instrumentos eficazes de mitigação.

Diante desse cenário, é urgente repensar caminhos. Medidas que incentivem maior concorrência no fornecimento de combustível, revisões tributárias e estímulos à eficiência operacional das companhias podem ajudar a reduzir a pressão. Paralelamente, investir em alternativas energéticas e tecnologias mais sustentáveis deixa de ser apenas uma pauta ambiental e passa a ser também uma questão econômica.

Ignorar o problema ou tratá-lo como conjuntural é um erro. A alta do querosene não é um episódio isolado, mas parte de um contexto global de instabilidade energética. Seus efeitos no Brasil já são visíveis e tendem a se aprofundar. Cabe ao poder público e ao setor privado agir com visão estratégica para evitar que o transporte aéreo, essencial para o desenvolvimento do país, se torne cada vez mais restrito e oneroso.

Opinião do leitor

Certeza

A Páscoa é o símbolo da esperança de todo Cristão. Cristo é a nossa esperança viva. Paixão de Cristo tem espetáculos pelo Brasil. Já em Brasília, a dica é o Morro da Capelinha, em Planaltina. Certeza: Jesus está vivo em nosso meio! Feliz Páscoa para nós!

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.